

A PERCEPÇÃO TRIBUTÁRIA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPOS NOVOS: O CASO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO SOCIAL DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL UNOESC JOAÇABA

Marcia Marcondes Diniz de Freitas

Diego Gadler

Vanesa Perazzoli

Ardinete Rover autores do artigo

Resumo

O presente estudo trata da percepção dos alunos de ensino médio de uma escola pública de Campos Novos, com base na implementação de um projeto de extensão social sobre Educação Fiscal, empreendido pelo curso de Ciências Contábeis, por meio do NAF – Núcleo de apoio contábil e fiscal, um convenio entre a Receita Federal do Brasil e a Universidade do Oeste de Santa Catarina. Foram atingidos entre 140 a 230 alunos de ensino médio e envolvidos 20 acadêmicos de Ciências Contábeis e Administração. A abordagem foi quantitativa com aplicação de questionário, pelo método descritivo e análise qualitativa. O resultado mostrou que há uma discussão na sociedade, que os alunos trazem para sala de aula. E, que a desconfiança institucional está instalada, considerando o cenário sociopolítico do Brasil. Houve a participação ativa dos alunos, com interação entre alunos, acadêmicos e professores. A conclusão do estudo é que há necessidade de trabalhar mais a conscientização do cidadão sobre os mecanismos de controle da gestão pública e do seu poder político.

Palavras-chave: Educação Fiscal. Gestão Pública. Unoesc. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF).

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata do tema Educação Fiscal, a percepção tributária dos alunos de ensino médio, 1 a 3 anos, Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior, em Campos Novos.

A teoria do contrato social tem como fundamento o bem comum, portanto, trata-se do objetivo principal da tributação arrecadada em uma sociedade. A percepção tributaria reflete as opiniões e comportamentos da população em relação ao sistema tributário. A questão é que o cidadão precisa necessariamente perceber a presença do Estado na mesma medida em que se sente tributado, gerando uma desconfiança institucional. Assim, surge a questão de pesquisa: Qual a percepção do aluno de ensino médio, 1 a 3 anos, da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior, em Campos Novos?

Foram definidos como objetivo geral: compreender a percepção dos alunos de ensino médio, 1 a 3 anos, da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior, em Campos Novos. E, como objetivos específicos: a) compreender temas relacionados como a percepção tributaria, confiança institucional, governança e governabilidade; b) verificar a percepção, com base num projeto piloto de extensão social sobre Educação Fiscal; c) avaliar a percepção do grupo sobre o tema, com base na teoria apresentada.

O país tem discutido muitas questões socioeconômicas e políticas no âmbito comum, popular, sendo possível explorar amplamente um tema, com base no que uma amostra da sociedade pensa e racionalizar conceitos tributários teóricos, permitindo a visualização na pratica e vivencia cotidiana. Por outro lado, a coleta de dados sobre a percepção tributaria permite que os pesquisadores tenham informação direta da fonte sobre como se encontra a formação e a percepção do aluno de 1 a 3 anos do ensino médio, em especial de Campos Novos. A contribuição social refere-se ao subsidio de informações trazidos a luz do conhecimento, pois são poucos trabalhos da área das ciências humanas que tratam da cultura política no Brasil (percepção e opinião), sendo a maioria nos aspectos mais objetivos como o

econômico e histórico. Para tanto, a metodologia utilizada foi dedutiva, com a abordagem quantitativa e qualitativa, por meio descritivo e um questionário aplicado aos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

Tratar de educação fiscal, especialmente no que tange percepção do contribuinte, tem como determinante a consideração de vários fatores, como a governança, governabilidade, a confiança institucional, e, a cultura política desenvolvida.

Para Durlauf e Fafchamps (2004, p. 14) a entrega de serviços públicos é “melhor realizada quando o poder de tributar e de mobilizar recursos do Estado são combinados com confiança e envolvimento da comunidade. Se não houver aceitação voluntária da população, os esforços do governo possivelmente falharão.” Bresser Pereira (2004, p. 117) assevera que a boa governança “aumenta a legitimidade do governo e, portanto, a governabilidade do país.”

Para Bresser Pereira (2004) a governança e governabilidade de um Estado reflete se o contrato social está funcionando ou não. No caso de a obrigação tributária ser percebida pelo cidadão como uma obrigação alerta para o não funcionamento da governança e governabilidade estatal, o que reforça comportamentos individualistas e resultando em possível instabilidade democrática. A governança refere-se as contas do Estado, a sua arrecadação de receitas e sua gestão. A governabilidade refere-se a percepção da população em relação aos serviços públicos entregues a população. Uma vez insatisfeitos, podem deixar de querer recolher tributos, o que prejudica a governança. Trata-se de um ciclo vicioso, em que se observa que o Estado arrecada tributos e não retribui com serviços adequados a população, seja por um sistema tributário deficiente, seja por questões de governança e governabilidade, incluindo questões de corrupção, ou ainda, por gigantismo do Estado.

Sobre cultura política, Almod e Verba (1963, 1989) foram os primeiros a discutir a teoria de que as características culturais sociais se relacionam com

o sistema político do Estado. Para Inglehart (1988) e Putnam (2005) a cultura política e a soma acumulada de acontecimentos e conhecimentos históricos. Assim, percebe-se a importância da cultura política, no que Barquero (2004) classifica a brasileira como apática. Para ele, a compreensão do funcionamento e da estrutura de uma sociedade se dá por meio da cultura política e da sua estrutura. Em Linhares (2011) referencia-se que a percepção tributária dos brasileiros é uma construção histórica. Pye e Verba (1969) asseveram que a adesão ao regime político depende da cultura política. No caso do Brasil em pesquisa pelo Latinobarômetro (1995-2015) foi constatado uma baixa satisfação com a democracia, um dos menores da América Latina.

Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) entendem que os comportamentos democráticos são gerados pelas Instituições. Para Schneider (2011, p. 141): "Na relação entre receitas e benefícios, pode-se avaliar a durabilidade de regimes, seu grau de adequação a etapas de desenvolvimento capitalista e a natureza da legitimidade." Assim, essa relação determina as características de regime e cultura política. Dessa forma, o que se observa em relação a percepção tributária, sobretudo dos jovens, e que se trata de um vetor da cultura política de um grupo. Isso produz um substrato referente a qualidade de vida, política, economia, entre outras áreas.

Da mesma forma em que a democracia se posiciona em descredito, há uma abertura para que o cidadão acredite que o governo é feito para pouco, sobretudo, para grupos que são segmentos da sociedade e que possuem benefícios legais por meio de aprovação legislativa. Isso fica evidente no que tange ao Brasil, que ocupa o primeiro lugar da América Latina em relação a percepção de um governo para poucos. A relação de confiança entre Estado e cidadãos é uma premissa para o devido cumprimento do dever cívico (LINHARES, 2006).

Diante desse cenário, importante ressaltar que uma das questões essenciais das percepções tributárias em relação ao retorno refere-se não só a elaboração do orçamento, mas, ao seu cumprimento adequado. A elaboração de orçamento demanda dos agentes públicos uma verdadeira

batalha para promover os melhores resultados para a população e para manter a estabilidade governamental, ou seja, ocupam posições dicotômicas, embora complementares e responsáveis pelo orçamento, quando atuam o Poder Legislativo atua como guardião do erário público e aos Ministérios ou Agencias atuam como gastadores do mesmo erário para aplicar em serviços públicos (WILDAVISKI, 1992). No artigo 165 da CF/88 estão os instrumentos de planejamento e orçamento público de médio e longo prazos, hierarquizados, que são estabelecidos por leis de iniciativa do Poder Executivo. O Estado prevê as receitas e fixa as despesas públicas aos três poderes.

Para Coutinho (2000, p.43) existem questões que coexistem como a necessidade de uma administração pública eficiente e a preservação dos valores democráticos, ponderando que práticas e conceitos do setor privado não podem prevalecer sobre a do Estado, considerando o interesse público. Mas, "a especificidade original do setor público está no seu caráter eminentemente político. Dessa forma, enquanto o setor privado é regido pelo mercado e o lucro, a administração pública não pode ser compreendida fora dos princípios do poder e da legitimidade. "

No que se refere a desconfiança institucional entende-se que os escândalos políticos têm contribuído para asseverar a situação. Tais como alteração de urna eletrônica em votações do Legislativo e o presidente do Senado ser acusado de desvio de dinheiro em 2001. Em 2003 verificou-se a paralisação de vários órgãos públicos. A partir de 2004 foram várias operações para combater a corrupção, como o mensalão, CPI dos sanguessugas, entre outras.

Em função do descrédito há um aumento da evasão e elisão fiscal, sendo figuras que objetivam o menor pagamento de tributos. Ambas têm técnicas de não submissão a norma tributaria, por meio de caminhos alternativos, aquela utilizando meios ilícitos e está utilizando as lacunas legais (HUCK, 1997). A Lei 8.137/90 trata dos crimes contra a ordem tributária e outras matérias correlatas, diminuindo a sonegação fiscal no país, que provoca

prejuízos significativos para a administração pública, recursos que poderiam ser aplicados nas atividades do Estado.

O Estado, a partir da década de 90, se direcionou para a redução do seu tamanho. No entanto, a medida em que assumiu mais obrigações sociais e conseqüentemente aumentou seu quadro de pessoal e maquina, as despesas, ou seja, o Estado assumiu mais obrigações sociais do que obteve de receitas (BRESSER PEREIRA, 2004; FRANCO, 2004; ANDRADE, 1988). Assim, pode o descompasso entre as demandas sociais e os recursos estar ligado a essas reivindicações e ao mau uso dos recursos, como também a burocracia e o mau funcionamento das Instituições (ANDRADE, 1988), recaindo a imagem negativa sobre o sistema tributário. Assim como Rousseau (1978, p. 94-95) assevera:

"Não é pela quantidade de tributos que se deve medir o ônus, mas sim pelo caminho que tem de fazer para voltar as mãos de que saíram. [...] por pouco que o povo de, quando esse pouco não lhe volta, ele, dando sempre, logo se esgotara: o Estado jamais será rico e o povo sempre será miserável. Donde segue que, quanto mais aumenta a distância entre o povo e o Governo, tanto mais oneroso se tornam os tributos."

Dessa forma, a democracia imbuída de garantias constitucionais e direitos humanos, mas que falha na implementação institucional, representa uma democracia sem cidadania (PINHEIRO e SOUZA, 2001, p. 158). Assim, a governabilidade depende da relação entre receita e despesa, o que Bresser Pereira (2004, p. 117) ensina sobre os requisitos para a governabilidade dos países em regimes democráticos:

a) da adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesses dentro do Estado e na sociedade civil; b) da existência de mecanismos de responsabilização (accoutability) dos políticos e burocratas perante a sociedade; c) da capacidade da sociedade de limitar as

demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; e, principalmente, d) da existência de um contrato social básico.

Assim, a estabilidade democrática depende da percepção da população sobre suas instituições e sistema político (EASTON, 1965, 1968, 1970). Por isso, a conscientização do cidadão e a ampliação do exercício da cidadania são avanços, a exemplo das consultas públicas para os orçamentos e programas governamentais adotados por alguns entes federativos (BEBIANO, 2001).

Nesse sentido, o estudo dos aspectos tributários, de sua adesão pela população, de mensuração da percepção do cidadão, entre outros enfoques, tem uma função essencial na sociedade contemporânea, trazer a luz da discussão conceitos e alternativas de melhorias da Educação Fiscal.

2.1 METODOLOGIA

A pesquisa científica pode ser realizada a partir de duas metodologias: a qualitativa e a quantitativa, que podem ser empregadas separadas ou conjuntamente. E, Barquero (2009) assevera que a metodologia quantitativa objetiva explicar o comportamento da sociedade e seus aspectos políticos, inclusive prever, sendo a característica principal da ciência a capacidade de generalização. Assim, foi utilizada a pesquisa quantitativa com o intuito de verificar o comportamento social e político das pessoas com base na sua opinião fiscal. Foi adotado o tipo de pesquisa survey, para aplicar o questionário a uma amostra da população. E, utilizou-se o método descritivo para compreender o fenômeno, para descrever a percepção dos alunos.

Assim, a pesquisa foi realizada com jovens de ensino médio, 1 a 3 anos, da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior, em Campos Novos. A base da pesquisa foi um projeto de extensão social de Educação Fiscal, empreendido pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina, por meio do Núcleo de apoio contábil e fiscal, em convenio com a Receita Federal do Brasil – Delegacia de Joaçaba.

Foram envolvidos 140 a 210 alunos em cada palestra, sendo um total de 5 palestras, em cada turno, manhã e tarde. Logo foram para esses alunos que o questionário foi aplicado, logo na primeira palestra, no primeiro contato.

A escolha da escola foi com base numa indicação da coordenadora da Gerencia Regional de Educação de Campos Novos. O critério de escolha foi o conhecimento da coordenadora em relação a necessidade das escolas de projetos de extensão que promovam a inserção de cidadania e educação fiscal.

O projeto iniciou-se em marco de 2017 e finalizou em novembro de 2017, sendo a primeira etapa do projeto a organização dos temas a serem tratados nas palestras, a elaboração do material de apresentação nas escolas, a definição e pesquisa da base teórica do estudo científico, a elaboração do questionário de coleta de dados, e por fim, a elaboração de um cronograma conjunto entre curso de Ciências Contábeis de Joaçaba e Administração de Campos Novos. O Núcleo de apoio contábil e fiscal (NAF), inserido no curso de Ciências Contábeis, por meio de sua coordenadora, foi o articulador de todo o trabalho de extensão.

Em relação aos acadêmicos envolvidos foram 9 (nove) do curso de Ciências Contábeis Joaçaba e 11 (onze) do curso de Administração de Campos Novos.

A elaboração do questionário a ser aplicado logo no início das palestras foi realizada com discussão dos autores, e aplicação de um pré-teste aos acadêmicos do curso. Foram inseridas algumas pequenas mudanças de nomenclatura para facilitar o entendimento do aluno pesquisado. E, definido a estrutura final do questionário a ser aplicado. Em seguida a aplicação foi realizado a tabulação e análise dos dados. Além disso, a observação participante da coordenadora do NAF que participou de todas as palestras, foi essencial para a composição da análise. As várias palestras proferidas geraram debate e demonstraram aspectos de insatisfação bem maiores do que esperança efetivamente. Foram considerados na análise as percepções dos palestrantes. Por fim, na última palestra em cada escola foi apresentado de forma breve e superficial as conclusões da pesquisa.

2.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Foram aplicados o total de 231 questionários no primeiro encontro, da primeira palestra, com os seguintes resultados. O perfil de idade do jovem de ensino médio da escola está entre 15 e 17 anos, com 86% dos presentes. Essa amostra dos jovens de Campos Novos, em que quase a maioria já tem título de eleitor, ou seja, já demonstram sua participação enquanto cidadão. E, quanto a constituição do grupo familiar a maioria tem 3 a 5 membros, também com 86%.

Quanto ao acesso a meios de informação sobre o tema, majoritariamente o acesso é por meio de televisão e internet, e razoavelmente pela via da escola. Nesse sentido, o que se observa é que o jovem tem acesso a internet na escola ou via celular e que entra em contato com as manchetes no que concerne ao tema, com probabilidade de ser por redes sociais.

Quanto a participação em eventos de Educação fiscal a maioria responde que nunca participou, num total de 52%, sendo o restante dividindo-se entre palestras e escola. E, que 57% conversam sobre tributos em casa. Isso demonstra que os jovens têm discutido sobre o tema, mesmo que com conceitos gerais ou comuns. Por isso a importância do projeto de extensão social de Educação Social, o que notadamente esclareceu vários conceitos e informou mais sobre a constituição do Estado, seus Poderes e funcionamento, ou seja, sua organização. Quando tem conhecimento, o resultado é uma ação cidadã mais ativa da população.

Os jovens informam que percebem a aplicação dos recursos na sua comunidade, em especial na infraestrutura, na saúde e educação. Verificando que a presença do Estado é importante e necessária nos mais diversos espaços cidadãos, sob pena de faltar o serviço público ao cidadão. Mas, quando se pergunta em que efetivamente se aplica os recursos, de forma geral no Brasil, a resposta refere-se maciçamente a corrupção, ou seja, já possuem percepção de que a corrupção se trata do maior problema no que tange a aplicação da receita do Estado. E em seguida a educação e

saúde, e, um percentual significativo no tamanho da máquina governamental.

Quando se questiona sobre os tributos conhecidos dos alunos, os mais citados foram os Imposto de propriedade territorial urbano (IPTU) e Imposto sobre propriedade de veículo automotor (IPVA), depois Contribuição previdenciária, comumente conhecido como INSS.

Diante desse cenário, o que se percebeu durante as palestras e que complementar e reafirmam os resultados do questionário, conforme a teoria apresentada, é que os jovens do ensino médio não têm confiança no Estado, e, reportam que a corrupção é generalizada em várias instancias, de forma que, em todas as palestras o questionamento era: como estancar esse processo de corrupção sistêmico? Havia uma ânsia dos alunos para que o tema da palestra trouxesse uma resposta. E, a resposta sugerida foi a participação popular por meio dos mecanismos de controle da gestão pública. Além disso, a utilização do poder que emana do povo, o poder do voto. O estímulo para que os jovens se tornem mais atuantes na política exercendo o sufrágio universal, votando e sendo votados.

O lema do projeto de extensão é que o mundo começa aqui, na sua cidade. Então, a ideia é apresentar ao jovem uma perspectiva ampliada do seu poder de mudar ao seu redor.

De forma geral, a escola, por meio de sua direção e professores, teve uma receptividade excepcional ao projeto, buscando inserir todos os professores que também carecem de informações para trabalhar esses temas com seus alunos.

3 CONCLUSÃO

Essa pesquisa e resultado da implementação de um projeto de extensão social sobre Educação Fiscal, empreendido pelo curso de Ciências Contábeis, por meio do NAF – Núcleo de apoio contábil e fiscal, um convenio entre a Receita Federal do Brasil e a Universidade do Oeste de Santa Catarina,

na escola pública estadual de ensino médio de Campos Novos, a Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior.

Durante o projeto de extensão foram tratados os mais diversos temas tributários, como a teoria do contrato social, a formação dos três poderes e suas funções típicas, o desenvolvimento do país, os tipos de tributos, a função social do tributo, ética e corrupção, e por fim, a gestão pública. Obteve-se uma participação ativa dos alunos, mesmo após o preenchimento dos questionários. A premente necessidade de discussão do tema revelou-se urgente, inclusive com a demonstração de querer saber mais sobre os mecanismos de controle dos agentes públicos. As palestras permitiram a coordenação observar que os jovens não estão estranhos a situação socioeconômica do Brasil. E, que anseiam efetivamente pela mudança de cenário político. Conforme a teoria apresentada, constatou-se que não há confiança institucional, principalmente em função da corrupção. As pessoas conhecem os tributos, de forma geral, no entanto, não se sentem motivadas a pagar o tributo como um privilégio de pertencer a uma sociedade. Ao contrário, a maioria dos alunos rechaçaram a questão tributária, com risos e piadas, em relação a pagar para sustentar uma elite política que não tem legitimidade.

Percebe-se a necessidade da implementação de projetos de Educação Fiscal local, pois o conhecimento do sistema tributários e da gestão pública tem papel fundamental no exercício da cidadania, sobretudo aos jovens.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Regis de Castro. Pacto democrático, negociação e autoridade (reflexões sobre a questão da democracia). Lua Nova, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-16, abr/jun. 1988.

ALMOND, Gabriel.; VERBA, Sidney. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963. 562p.

_____. The civic culture revisited. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1989. 421p.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 104p.

BEBIANO, H. Orçamento público. Apostila do curso ministrado no Tribunal Superior do Trabalho. Brasília: Instituto de Estudos Empresariais, 2001.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, p. 107-132.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: a logica e mecanismo de controle. In: SALVO, Mauro; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva (Orgs.). Uma nova relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 82-136.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração publica voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 3, p. 40-73, jul/set.2000.

DURLAUF, Steven N.; FAFCHAMPS, Marcel. Social Capital. NBER Working Papers. Cambridge, n. 28, p. 1-91, abr. 2004.

EASTON, David. A systems analysis of political life. New York: John Wiley, 1965. 507p.

_____. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 183p.

_____. Categorias para a análise de sistemas em política. In: _____ (Org.). Modalidades de análise política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 185-199.

FRANCO, Gustavo H, B. O novo modelo brasileiro em perspectiva. In: SALVO, Mauro; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva (Orgs.). Uma nova relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 13-19.

HUCK, H. M. Evasão e elisão: rotas nacionais e internacionais do planejamento tributário. São Paulo: Saraiva, 1997.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*. Washington, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, dez. 1988.

LATINOBAROMETRO. Informe Latinobarômetro 2005 – 1995-2005: diez anos de opinion publica. Santiago de Chile: Latinobarômetro, 2005. 82p.

LINHARES, Bianca de Freitas. A cultura política porto-alegrense: tributos e confiança institucional. 2006. 133f. Dissertacao (Mestrado em Ciencia Politica) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, UFRGS.

_____. Cultura politica e percepção tributaria no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura (s) Politica (s) e democracia no século XXI na America Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011, p. 165-194.

PINHEIRO, Paulo Sergio; SOUZA, Luis Antonio F. Participacao politica e organozacoes da sociedade civil em novas democracias. In: MOISES, Jose Alvaro et al. *Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: Edicoes Fundo Nacional de Cultura, 2001, p. 151-213. (Cadernos do Nosso Tempo, Nova Serie, 5).

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Italia moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 260p.

PYE, Lucian W.; VERBA, Sidney. *Political culture and poplitical development*. New Jersey/ Princeton University Press, 1969. 574p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social: ensaio sobre a origem das línguas, discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, discurso sobre as ciências e as artes*. 2. Ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978, 428p. (Coleção Os Pensadores).

SCHNEIDER, Aaron. Finanças públicas e cultura política: fontes de receitas e natureza dos estados. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura (s) Politica (s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 141-163.

WILDAVSKY, Aaron. *The new politics of the budgetary process*. 2.ed. New York: Harper Collins, 1992. 560p.

Sobre o(s) autor(es)

Marcia Marcondes Diniz de Freitas

Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Prof. da Unoesc Campus de Joaçaba. E-mail: marcia.freitas@unoesc.edu.br

Diego Gadler

Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Prof. da Unoesc Campus de Joaçaba. E-mail: diego.gadler@unoesc.edu.br

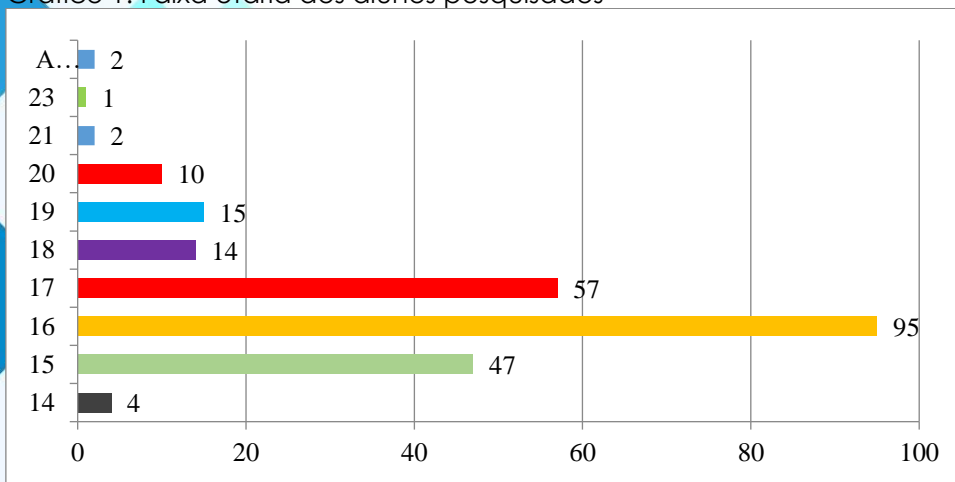
Vanesa Perazzoli

Acadêmica da 9ª fase de Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: vanesaperazzoli2009@hotmail.com

Ardinete Rover

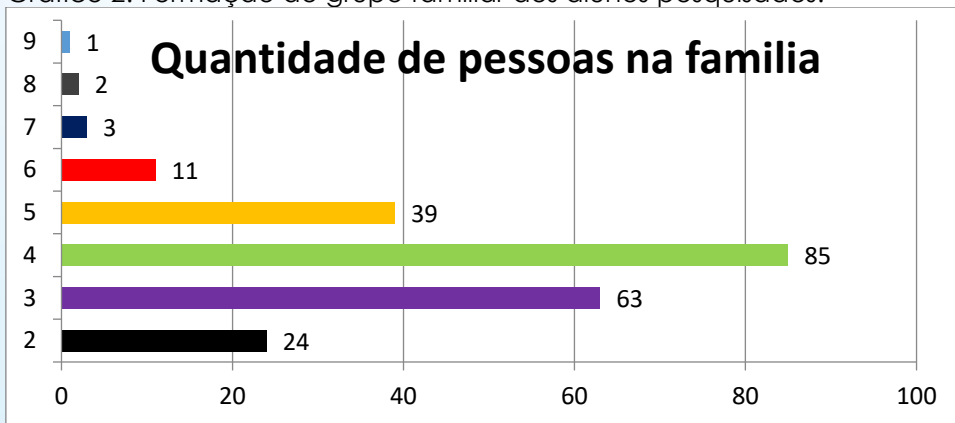
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Unoesc Campus de Joaçaba. E-mail: ardinete.rover@unoesc.edu.br

Gráfico 1: Faixa etária dos alunos pesquisados



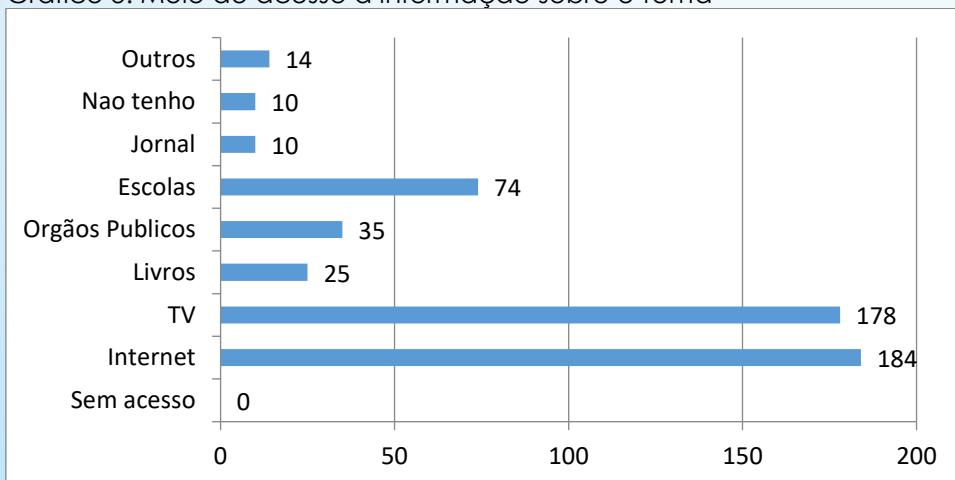
Fonte: Autores (2017).

Gráfico 2: Formação do grupo familiar dos alunos pesquisados.



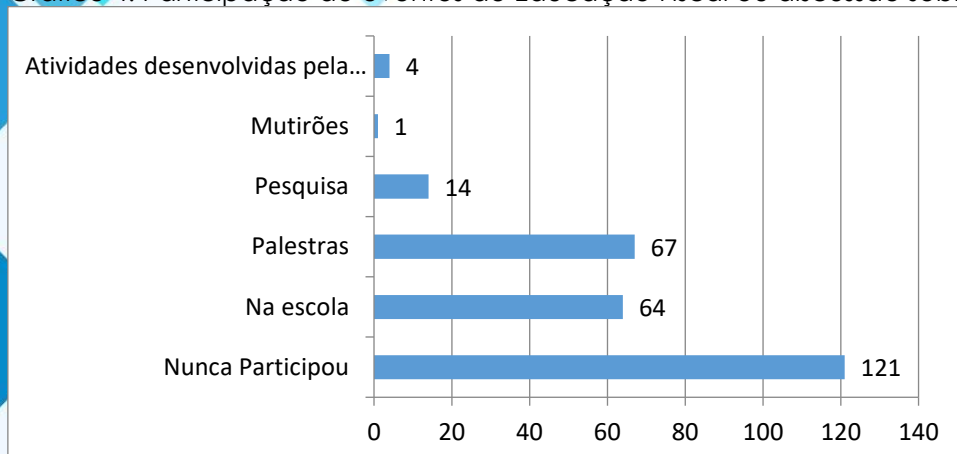
Fonte: Autores (2017).

Gráfico 3: Meio de acesso a informação sobre o tema



Fonte: Autores (2017).

Gráfico 4: Participação de eventos de Educação Fiscal ou discussão sobre o tema



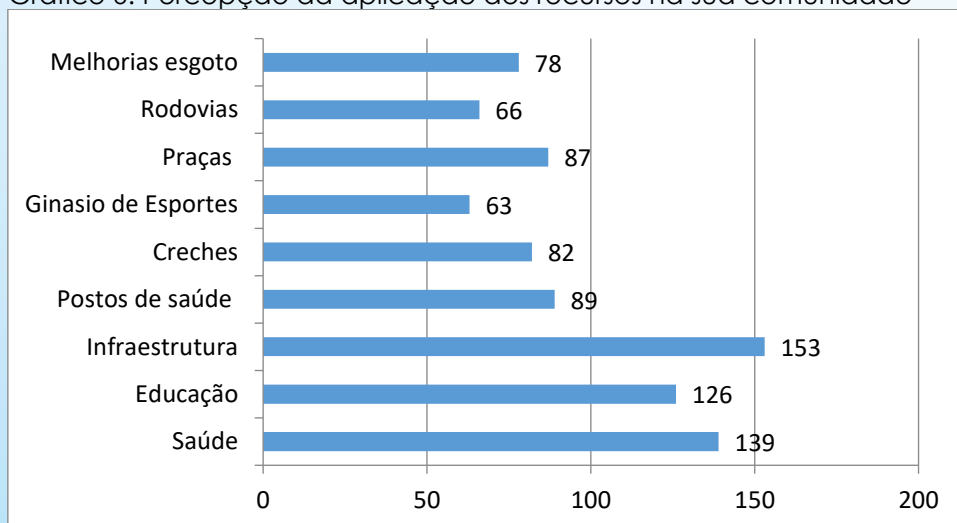
Fonte: Autores (2017).

Gráfico 5: Aplicação efetiva dos tributos arrecadados.



Fonte: Autores (2017).

Gráfico 6: Percepção da aplicação dos recursos na sua comunidade



Fonte: Autores (2017).